



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento “Usina Termoelétrica de Gás Natural Bom Jardim Energética”, de responsabilidade de Bom Jardim Energética Ltda., realizada na cidade de Jundiaí no dia 25 de março de 1999.

Realizou-se no dia 25 de março de 1999, às 19:00 horas, no auditório do Teatro Politeama, localizado na Rua Barão de Jundiaí, 178, Jundiaí, a Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento “Usina Natural Bom Jardim Energética”, de responsabilidade de Bom Jardim Energética Ltda. Dando início aos trabalhos, a Secretária Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli – que não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo – saudava e dava as boas-vindas a todos que haviam comparecido para ouvir os esclarecimentos sobre o empreendimento “Usina Termoelétrica de Gás Natural Bom Jardim Energética”, de responsabilidade de Bom Jardim Energética Ltda.. e que passaria a compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais, Ana Cristina Pasini da Costa e a representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente, a conselheira Lady Virgínia Traldi de Menezes. Em seguida, informou que passaria a ler as normas que orientam o desenvolvimento dos trabalhos, estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92. Depois de fazer esta leitura, convidou, em primeiro lugar, o representante da empresa Bom Jardim Energética Ltda. , John Arbach, que, durante 15 minutos, ofereceu dados sobre os objetivos do empreendimento, a tecnologia utilizada, a conceituação que ela desfruta no Brasil e no exterior, a experiência desenvolvida na geração de energia no mundo, a necessidade de implantação deste projeto em virtude da demanda existente, sua localização privilegiada dada a proximidade de grandes centros, seus mecanismos de funcionamento e os benefícios econômicos e ambientais do projeto. Em seguida, fez uso da palavra a representante da empresa consultora responsável pela elaboração do EIA/RIMA Ione Jezler da Ecology do Brasil, que abordou, detalhadamente, todos os temas a serem tratados no Estudo Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA. Manifestou-se, em seguida, Osvaldo Sevá, representante da SESBRA, que no espaço destinado à representação das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu, entre outras as seguintes opiniões: que, como professor da Unicamp na área de engenharia mecânica, estudava projetos industriais e de geração de eletricidade de vários tipos e em vários pontos do país, motivo porque já vira inúmeras turbinas a gás funcionando no País e nas plataformas de produção de petróleo da Petrobrás na Bacia de Campos, de onde se extraíam entre 70 e 80% de metano fóssil atualmente utilizado; que, no ano passado, observara o funcionamento de quatro turbinas que queimavam óleo diesel, em Porto Velho, Rondônia, sendo a maior delas de 45 megawatts, 1/3 do tamanho de cada uma das três turbinas que eram previstas para este empreendimento; que iria comentar um texto de sua autoria chamado “Alguns dos principais aspectos preocupantes para a população jundiaíense e regional do licenciamento solicitado para a instalação de uma usina termoelétrica de grande porte, vizinha às localidades Eloy Chaves, Varjão e Bom Jardim, entre Jundiaí e Itupeva”; que o primeiro item dizia respeito às águas e aos esgotos e que a estação de tratamento de águas e esgotos de Jundiaí localizava-se em Varjão, a qual talvez não tenha sido projetada nem operasse em condições de fornecer regularmente a vazão necessária para uso por essa usina nem de processar os resíduos que seriam por ela gerados; que casos recentes de lançamento inadequado ocorridos na cidade de Limeira e Araras comprovaram que uma estação de tratamento de esgoto fica desarranjada quando se lança nela os efluentes das indústrias; que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

levedura do lodo ativado, aquele bichinho, microbiozinho. que vai comendo os detritos orgânicos, morre e as bacias ficavam saturadas de sólidos, o material orgânico, espalhando-se odores fecais e ácidos por vários bairros próximos; que usina projetada seria ligada à rede de água potável municipal e faria um tratamento adicional da água para alimentar seu circuito de vapor, quando estivessem em funcionamento as turbinas em ciclo combinado; que um erro inaceitável do ponto de vista desta ligação com a rede municipal seria a utilização desta rede com o sistema de combate a incêndio, pois deveria ser usado, aí, sim, o efluente da ETE, ou até mesmo o próprio efluente da usina térmica; que a ligação da usina com a cidade no sistema de água encanada da cidade estava projetado para 80 litros/segundo em situações normais e que, se se tiver de ser usada durante 4 ou 5 horas para apagar um incêndio, será enorme a quantidade a ser usada; que outro exagero inaceitável do projeto era a perda por evaporação nas torres de refrigeração da usina, uma vazão de 200 litros a mais de 300 litros de água por segundo, o que equivalia, mais ou menos, ao que Campinas captava no Rio Capivari para suprir a necessidade de 10% dos seus habitantes; que o sistema de refrigeração previsto transformaria em vapor a vazão de água suficiente para abastecer 100mil habitantes; que esse líquido seria obtido de qualquer maneira, ou a partir do efluente que a estação de tratamento de esgoto estava devolvendo ao Rio Jundiaí ou, em certas ocasiões, a partir do próprio Rio Jundiaí, por meio de uma nova bomba de grande porte prevista pela usina; que essa bomba se instalaria possivelmente no trecho do Rio Jundiaí, entre a ponte da Av. Bandeirantes e a saída da ETE. ou seja, no trecho em que o Rio Jundiaí possuía menos água; que a evaporação desse volume líquido, 200 a 300 litros por segundo, diminuiria a vazão do Rio Jundiaí obrigatoriamente, diminuindo indiretamente a vazão do Rio Atibaia, porque a água de Jundiaí não vinha da Bacia do Rio Jundiaí, mas a maior parte dela do Rio Atibaia, que abastecia as cidades de Atibaia, Itatiba, Valinhos, uma parte de Vinhedo e 90% da cidade de Campinas e, na seqüência, Nova Odessa e Sumaré; que essa diminuição da vazão da ordem de 200 a 300 litros por segundo era absolutamente inaceitável para uma região que já dependia da água de outra bacia para sobreviver; que a outra bacia também não tinha água de sobra, prova disso era que nos últimos anos mais secos, houve, na região de Campinas, vários episódios de corte de abastecimento de água; que outro item era as condições da salubridade atmosférica local e regional; que, segundo o que foi apresentado pelos empreendedores tudo ficaria muito bem, dentro dos padrões, entretanto as condições atuais já eram muito preocupantes, havia bastante fumaça, gases de enxofre, monóxido de carbono, dióxido de carbono, gases nitrogenados e foto-oxidantes, e, como demonstrara uma estimativa da Cetesb nem sempre confiável, já se alcançavam 2 mil toneladas/ano de gases nitrogenados; que algumas dessas substâncias poluentes, ou que originavam poluentes, não estavam nem mesmo sendo medidas, como era o caso do NOX; que, para que se tivesse uma idéia, a Cetesb fazia, com a estação móvel que possuía no centro de Jundiaí, algumas medições, mas não fornecia estas informações a ninguém, nem aos pesquisadores, nem a qualquer empreendedor, nem à Secretaria do Meio Ambiente; que, quando se voava a 1.500 ou 2.000 m de altitude, se via um colchão de fuligem que começava na RMSP, batendo no Pico do Jaraguá, que se tornava um pouco rarefeito na altura ali da Serra de Cajamar, Francisco Morato, ressurgindo em Jundiaí, englobando a Serra do Japi; que esse colchão de fuligem de gases tinha a espessura de 200 a 300 metros acima do solo; que, em São Paulo, não se dava conta dessa camada ou colchão de fuligem porque se estava embaixo dela e se olhava para o céu e não se percebia; que, se for instalada qualquer atividade que implicasse em queima contínua de combustível em grande volume, mesmo que o combustível fosse o metano fóssil e se tratasse de uma usina de celulose ou de uma nova usina siderúrgica, as condições piorariam a partir dos primeiros meses de seu funcionamento; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

provavelmente seriam também afetadas, de forma cumulativa e lenta, áreas agrícolas de Jundiaí, Itupeva, Louveira e a Serra do Japi em suas vertentes voltadas para o norte e para o leste; que, no que dizia respeito aos efeitos prejudiciais dos compostos foto-oxidantes e da acidez atmosférica, os efeitos seriam quase irreversíveis; que, na região de Paulínia, em Campinas, por exemplo, o agricultor que botava uma “carrada” de cal, um caminhão de cal por alqueire, atualmente despejava dois ou três no mesmo alqueire; que o agricultor fazia isso de forma intuitiva, porque ele sabia que o solo e a atmosfera estavam ficando ácidos em decorrência dos produtos de combustão, particularmente de enxofre e nitrogênio; que o empreendedor agiu de forma a forçar – inclusive incentivando a alteração do zoneamento – para que este projeto se tornasse exequível apenas neste local, não se atendo a outras alternativas locais; que a situação dos recursos hídricos em toda a Bacia do Alto e Médio Tietê, da qual Jundiaí faz parte, era calamitosa devido ao excesso de intervenções de grande porte; que a própria água que abastecia o Município de Jundiaí, em boa parte dependia de uma reversão a partir da Bacia do Atibaia, na altura de Jarínú, e a água suja do Jundiaí abaixo da cidade, mesmo depois de tratada pela ETE, ainda passava por Itupeva, Indaiatuba e Salto; que nada disso havia sido levado em conta pelos empreendedores e talvez tenha sido negligenciado pelos poderes públicos municipal e estadual; que, no entorno imediato e nas vizinhanças da usina, até 2 ou 3 km, os incômodos seriam enormes a partir da época das obras; que, provavelmente, uma parte da população da favelado Varjão, próxima da antiga linha férrea, seria retirada, pois havia informações a este respeito no RAP, num quadro pequeno, numa única página e que haviam sido gastas meia dúzia de páginas para dizer como seriam retiradas as árvores e os arbustos; que, quando começar a funcionar a usina, os efeitos seriam quase insuportáveis para a população na vizinhança imediata, com vários tipos de riscos e graves ameaças, como ruídos de vários níveis, completamente inéditos e de difícil adaptação; que os empreendedores omitiram os efeitos que serão causados em Eloy Chaves e Itupeva; que, mesmo que o projeto fosse tecnicamente viável, era necessário informar as pessoas sobre o que aconteceria. Passou-se à etapa em que se manifestavam os representantes da sociedade civil, fazendo uso da palavra, em primeiro lugar, Ricardo Ferraz, representante da Sociedade Ecológica de Santa Branca-Sesbra, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que, apesar de ter participado da elaboração das normas que regem as audiências públicas, pois fizera parte do Consema durante 10 anos, gostaria de reformulá-la de modo a que se tornasse mais democrática, dando lugar, por exemplo, neste momento a uma votação para que a população se pronunciasse se era a favor ou não da termoeletrica; que uma das preocupações marcantes da sociedade brasileira era o movimento alternativo e dentro da cultura alternativa, motivo por que o Governo tanto do Estado como Federal tinham de apresentar formas alternativas de energia; que a energia solar não estava sendo desenvolvida no País, como várias outras formas de energia não-poluidoras; que, como o impacto era regional, a população deveria mobilizar-se e reivindicar fossem feitas audiências públicas nas outras cidades; e que pedia à comunidade local que não explorassem a lei de uso e ocupação do solo, de modo que a cidade não fosse considerada apenas um espaço comercial, um espaço econômico, mas, sim, um espaço ambiental. Em seguida, fez uso da palavra André Queiroz, representante da SATS, que expôs, entre outros, os seguintes pontos de vista: que a influência era regional, até a região administrativa de Campinas; que todas as informações no RIMA haviam sido colocadas de forma bastante esquemática; que a linha de transmissão não se limitava apenas a região administrativa de Campinas, pois Sorocaba também estava dentro dessa área; que o Plano de Trabalho deveria possuir informações mais detalhadas sobre a situação dos recursos hídricos e os fóruns como os Comitês de Bacia deveriam, antes de atestar-se a viabilidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiental do empreendimento, posicionar-se inclusive sobre os pedidos de outorga, se eles serão ou não concedidos; que o Plano de Trabalho tentou descaracterizar a vida silvestre e a Serra do Japi como unidade de conservação; que esta Área de Proteção Ambiental deveria ser analisada de forma mais detalhada no Plano de Trabalho esta APA, pois há nele uma referência de que a Lei Estadual nº 4095 deveria ser mais discutida; que discordava da classificação da qualidade do ar, que não podia concordar com a omissão de um projeto que estava sendo licenciado pela própria Secretaria do Meio Ambiente e que se tratava de um loteamento de 3 mil habitações, que, se se multiplicar por 4, alcançaria um total de 12 mil pessoas, que se localizava a 400 metros da propriedade onde seria implantado este empreendimento, pois ele fazia parte da gleba inicial desse mesmo empreendimento, a qual fora subdividida; que também era um absurdo o RAP omitir esse loteamento com 3 mil habitações, deixando de lado Eloy Chaves, o Bairro da Tulipa, o bairro do Posse e outros bairros cuja densidade demográfica era muito alta; que o RAP dizia que apenas a favela do Varjão seria prejudicada; que o Professor Aziz Ab'Saber numa entrevista concedida para a revista do Sindicato dos Bancários, colocava a questão ética no que se referia ao aspecto profissional relacionado à equipe que fazia os estudos e que fossem, no mínimo, isenta para analisar e não defender um projeto já pensado, simplesmente para validá-lo; que colocar uma usina termoeletrica ao lado da Serra do Japi era um absurdo; que deveriam ser colocadas no Plano de Trabalho escalas apropriadas para análise em relação ao uso do solo e aos impactos em todos os níveis. Fez uso, em seguida, da palavra, Sérgio Marcos Flores, do Grupo Ação Verde, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que os seres humanos tinham de pensar um pouquinho por que a cidade em que moravam tinha poucas reservas florestais; que não concordava com aquilo que havia sido mostrado; que, na Câmara Municipal, uns dias atrás foi colocado este problema e, após isso, ninguém falou mais nada a respeito; que perguntava como ficavam os seres humanos e os animais da reserva. Em seguida, manifestou-se Eliseu Silva Costa, representante do Sindicato dos Metalúrgicos, que expôs os seguintes pontos de vista: que, como cidadão da terra, representava uma categoria; que quem entendia de meio ambiente era que tinha de expor, pois ele entendia de sindicalismo e de geração de emprego; que, há alguns anos atrás, houve uma manifestação na cidade com respeito à vinda da Coca-Cola, que iria tirar a água da Serra, que iria gerar prejuízos à cidade, e que nada disso havia acontecido, pois o que aconteceu foi geração de emprego, aumento da arrecadação de impostos no Município, que fez a cidade subir do 14º para o 8º lugar; que, se essa usina não trouxer problemas ambientais para a cidade, que venha, agora, se causar problemas à cidade não venha; que, se uma empresa como esta causava tantos impactos negativos ela não estaria instalada nos Estados Unidos, não estaria instalada em Londres, mas que ele, sinceramente, não conhecia este assunto. Manifestou-se, em seguida, Sinézio Carabello Filho, representante do Instituto Serra do Japi, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que esta audiência pública fazia parte de um conjunto de procedimentos legalmente instituídos, que tinham um objetivo último bastante claro: o de orientar a construção de uma sociedade sustentável; que esta expressão, sociedade sustentável, que se empregava com frequência cada vez maior, encerrava um conceito que constituía o motivo de tudo o que se estava fazendo aqui e se deveria continuar fazendo; que este conceito havia sido enunciado de forma muito sucinta e precisa há mais de 15 anos por Leslie Brown do World Water Institute, e, para ele, uma cidade, uma sociedade sustentável era aquela que satisfazia suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras; que a solicitação de uma usina termoeletrica no Bairro Bom Jardim, neste município, quando analisada à luz deste conceito e sob as condições por ele impostas, revelava de imediato três questões iniciais; a primeira, de importância fundamental referia-se à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

necessidade; que, na busca de uma sociedade sustentável, havia apenas um motivo que poderia levar a discutir a possibilidade de instalação da usina - ela precisava ser necessária., e que isto não poderia ser ignorado durante o processo de licenciamento; que, se não houver necessidade, não havia porque correr qualquer risco de comprometimento do futuro ou de diminuição, em qualquer medida, da qualidade ambiental; que, portanto, esperava que a questão da necessidade fosse devidamente avaliada, que fosse a primeira questão a ser considerada, pois, se a usina for considerada necessária, o processo deveria continuar; que, caso contrário, todos, e sobretudo os responsáveis pelo licenciamento, tinham a obrigação de encerrar a discussão antes que ela se tornasse exaustiva e complexa e antes que passasse da convicção à tolerância; que, evidentemente, as outras duas questões dependiam da primeira, dependiam da constatação da necessidade; que, havendo a necessidade da instalação da usina em nosso Estado ou região, surgiam as duas questões que estavam intrinsecamente relacionadas entre si e que se referiam à localização e ao tamanho da usina; que a melhor localização da termoelétrica era aquela economicamente defensável ou a ambientalmente sustentável; que se deveria perguntar se a localização deveria ser boa para os que iriam realizar os investimentos ou para a sociedade e para as gerações futuras; que os impactos decorrentes da instalação da usina seriam praticamente os mesmos qualquer que fosse a sua localização, embora em uma região já congestionada, eles seriam sentidos com maior intensidade que em outras menos atingidas ou castigadas pelas atividades impactantes; que o mesmo ocorria com os benefícios para a comunidade; que, em uma região que, pelas suas características, tinha a capacidade de atrair investimentos, os benefícios econômicos resultantes da instalação da usina não seriam tão expressivos; que, inversamente, em uma região sem a capacidade de atrair investimentos, a instalação da usina poderia significar até um impulso para o desenvolvimento econômico; que era evidente que a relação custo ambiental versus benefícios econômicos e sociais variava muito de um local para o outro; que este fato também não podia ser ignorado por aqueles empenhados na construção de uma sociedade sustentável; que, quanto ao tamanho, a análise era semelhante: qual era o melhor tamanho, era aquele que conduzia ao menor custo financeiro de produção do megawatt ou aquele que consumia menos a qualidade de vida e menor custo ambiental por megawatt; que se deveria perguntar qual alternativa uma sociedade sustentável deveria escolher: a que majorava os lucros ou a que minimizava os impactos; que, pensando nas gerações futuras, o que era melhor: uma grande usina de baixo custo operacional ou várias usinas de pequeno porte de custo ambiental distribuído; que estas indagações traduziam a terceira das questões iniciais que gostaria de ver devidamente contempladas, caso se concluísse pela necessidade da usina; que, depois delas, deveriam evidentemente ser tratadas as demais questões relativas à avaliação de cada impacto específico e as medidas mitigadoras e compensatórias correspondentes; que gostaria apenas de entregar cópia desse documento para os representantes do Consema, da empresa responsável pelo empreendimento e da Secretaria do Meio Ambiente. Passou a fazer uso da palavra Douglas K. Yamagata representante do Sindicato dos Bancários de Jundiaí, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que a Entergy era especialista em usinas termonucleares e usinas movidas a carvão e que, mesmo se tratando de uma experiência nova, se poderia imaginar as dimensões dessa empresa; que pedia licença para ler um texto que dizia o seguinte: “As termoelétricas a serem implantadas em virtude da vinda do gasoduto Bolívia Brasil chegam a todos nós como uma solução energética para muitas regiões do País. Salientamos que não há falta de energia na região sul e sudeste, segundo professores e cientistas, mas, sim, uma má distribuição de energia. Lembramos, que muitas turbinas das hidroelétricas encontram-se desativadas e ociosas. A discussão do governo que comanda o nosso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

país deveria ser a de solucionar a má distribuição de energia e suas perdas”; que, no projeto elaborado pela empresa, às páginas 16, havia a informação de que seriam emitidas 2.273 toneladas de óxido de nitrogênio, ou seja, quase o dobro da quantidade de óxido de nitrogênio emitida anualmente pelas indústrias de Jundiaí, que era de 2.625 toneladas, e que, portanto, iria dobrar a quantidade de óxido de nitrogênio que atualmente era emitida e que este produto era considerado como principal responsável pelas chuvas ácidas, que destruíram muitas florestas, causando danos irreversíveis; que, talvez, se não houver um estudo muito bem detalhado, tais danos também poderão ser provocados na Serra do Japi, que, inclusive, foi muito estudada e batizada como castelo de águas pelo professor Aziz Ab’Saber; que, em um texto de sua autoria intitulado “A Usina Termoelétrica de Jundiaí Avaliada por Métodos de Previsão de Impactos”, que se encontrava à disposição de todos no Sindicato dos Bancários, este professor dizia o seguinte: que a tarefa de prevenção de impacto feita exclusivamente pelos interessados era, no mínimo, imoral; que a termoelétrica que se pretendia implantar em Jundiaí era apresentada a todos como uma solução do custo e geração de emprego; que era preciso lembrar que multinacionais, como a Coca-Cola, que recém instalou-se em Jundiaí, não gerou tantos empregos como o esperado; que era preciso que os empreendedores da termoelétrica de Bom Jardim fornecessem número e os critérios da geração de empregos, se irão realmente trazer empregos com carteira assinada ou vão ser respaldados pela automação industrial e a terceirização de mão de obra; que parecia muito megalomaníaca a idéia de se ter uma termoelétrica com capacidade de geração de energia para 3 milhões de habitantes se a população do Município era apenas de 350 mil habitantes; que era desconfortável a situação dos moradores do Parque Eloy Chaves e Varjão, além de estarem sendo elaborados estudos para instalação de um aterro sanitário próximo a esses bairros, que, com a instalação da usina, talvez tivessem até dificuldade em dormir com o barulho produzido pelos geradores, que era muito acima daquele provocado pela turbina de avião; que também haveriam problemas para aqueles que iriam morar no loteamento que se pretendia instalar na Fazenda Grande, pois ficarão muito próximos da usina termoelétrica; que não se podia simplesmente fechar os olhos e entregar os destinos dos cidadãos aos interesses de grupos privados; que era necessário que todos avaliassem a real necessidade da instalação dessa usina, uma vez que eram moradores da cidade e não queriam ver a Serra do Japi transformar-se num simples morro nem a saúde de todos comprometida. Manifestou-se, em seguida, Eduardo Eli de Souza representante da Sub-sede da Central Única dos Trabalhadores de Jundiaí, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que a termoelétrica projetada para Jundiaí seria implantada a 0,5 km do Loteamento Fazenda Grande, a 2 km do Jardim das Tulipas, a 2 km do Parque Eloy Chaves, a 2 km do Bairro do Bairro do Medeiros, a 3 km do Bairro do Engordadouro, a 3 km da favela do Varjão, a 3 km do Bairro do Posse, a 4 km da Serra do Japi e a 9 km do centro de Jundiaí; que a área adquirida pela empresa para construir a usina tem o mesmo tamanho que o Parque do Eloy Chaves, ou seja, 32 hectares; que esta usina emitiria poluentes atmosféricos e sua principal emissão, o Nox- óxidos de nitrogênio, era provocador de chuvas ácidas; que as chuvas ácidas destruíam as florestas, imóveis e móveis e, ao longo do tempo, causavam danos irreparáveis à saúde; que o calor desprendido por essa usina contribuía para o aumento da temperatura atmosférica, podendo vir a prejudicar a fauna e a flora e aos habitantes da região; que os geradores desse tipo de usina provocavam uma poluição sonora, num raio de 4 km, semelhante à produzida pelas turbinas de aviões, quase sempre 24 horas por dia; que o volume de água consumida por essa usina equivalia aproximadamente a ¼ do volume de água que toda a cidade de Jundiaí consumia e que, como essa água que ela usará será a água tratada pela E.T.E. seriam os contribuintes quem pagariam; que a população de Jundiaí teria de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

decidir se quer ou não a usina termoeletrica; que, pelo que foi apresentado, as usinas norte-americanas não tinham nada em seu entorno delas, ficavam próximas ao deserto ou a lugares desabitados. Em seguida, com o tempo cedido por este representante, o artista Jeferson do Grupo de Teatro Panta, declarou que os índios brasileiros cantavam homenageando os pequenos riachos, agradecendo-lhes o alimento, a água, e por sempre estar com eles na floresta; que os índios agradeciam ao reino da natureza pela terra e por eles poderem compartilhar da vida com todo o universo; e que passava a cantar uma música que também agradecia à natureza, cuja letra era a seguinte: "Salve Jundiá! Terra que abunda o peixe jundiá, terra que já abundou o peixe jundiá. Hoje o rio está poluído. As terras que abunda gente brasileira, povo brasileiro, não vamos vender o nosso caráter, a nossa dignidade de povo. Nós somos a miscigenação do mundo, vamos receber todos os povos aqui, mas que venham em paz, venham em amor, não venham arrancar e destruir a nossa riqueza!"; que, em 1922, na Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade, Oswaldo de Andrade, Tarcila do Amaral, Di Cavalcanti, Portinari fizeram um movimento em prol do brasileiro, da dignidade do povo brasileiro, da pátria, de uma identidade; que, em 1927, Oswaldo de Andrade escreveu um texto, um romance chamado "Macunaíma", no qual ele falou que o brasileiro Macunaíma era um herói sem caráter e ele estava certo, pois todos estavam entregando o País, entregando sua dignidade, seu caráter; que o brasileiro não era mau caráter, pois não tinha caráter e se estava caminhando para o século XXI sem definir o caráter brasileiro, o caráter de uma terra tropical, abençoada por Deus. Em seguida, fez uso da palavra Antonio Pacheco, representante do Conselho Municipal da Saúde, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que esta termoeletrica iria queimar 2 x 10 a 12ª potência de calorias/dia, o que era dois trilhões de calorias/dia para aquecer a água e o ar para tocar turbinas e gerar energia elétrica; que parte de água que virava vapor era condensada num resfriador e o que ia para o meio ambiente não era vapor, mas, sim, uma bruma, que ficará no entorno da usina; que Jundiá, enquanto cidade saudável, não precisa deste recurso; que as Casas Bahia traziam, como adicional de ICMS para o Município 150 milhões de reais por ano e ela era apenas um depósito no qual entrava e do qual saía caminhões, que pouco usava o Município, a não ser suas estradas, e em nada o desgastava; que dava este exemplo para se poder avaliar a instalação desta termoeletrica no Município, o impacto ambiental e o retorno em nível de ICMS; que se mencionou a Coca-Cola, que era classificada como a 5ª empresa no que dizia respeito ao retorno que traziam para o Município. Fez uso da palavra, em seguida, Jairo Arlindo Matos, representante da Loja Maçônica Amor e Concórdia, que expôs os seguintes pontos de vista: que, como as demais entidades, aquela que representava se via no dever de expor suas preocupações; que as notícias quanto à possibilidade da instalação de uma usina termoeletrica no Município não representava, no início, qualquer motivo de preocupação; que, no entanto, surgiram muitas dúvidas; que algumas delas diziam respeito à insuficiência do sistema instalado, ao combustível usado pela usina acarretar ou não problemas ambientais, ao fato de a tecnologia empregada nas usinas termoeletricas estar sendo abandonadas em outros países e que o uso da energia solar se revela bastante promissor; que solicitava fosse este projeto devidamente avaliado pelas autoridades competentes e a população correta e completamente informada, para que se possa entender os riscos para o desenvolvimento de nossa região. Fez uso da palavra, em seguida, Célio Guimarães, representante da Sociedade Amigos do Parque Eloy Chaves; que os 500 moradores do bairro, cuja população total era em torno de 15 mil – presentes nesta reunião estavam preocupados com a proximidade da termoeletrica, principalmente em virtude do ruído, pois ele correspondia àquele gerado por 10 aviões DC10, o que era insuportável. Fez uso da palavra, em seguida, Rogério da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Silva, representante da entidade Sinergia Pro-Cut, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que os eletricitários tinham orgulho da energia elétrica que era gerada para a sociedade, pelos benefícios que ela trazia; que, enquanto eletricitários, se incorporara numa luta imensa contra o desastre, a hecatombe ambiental que estava acontecendo em Porto Primavera, por excesso de água; que seria bom que se esclarecesse o custo dessa termoeletrica e os interesses que estavam por detrás; que esse modelo energético não veio para atrair iniciativa privada, para ajudar o Brasil a aumentar o seu parque gerador de forma decente, de forma que os brasileiros queriam que fosse aumentado; que esse modelo energético estava aí e para vender o patrimônio público; que se teria de perguntar quanto de energia estava sendo gerada e o custo que terá, quer dizer, quanto custará para a sociedade; que era programa do governo atual que estava levando a isso; que se estava vivendo um momento crítico em relação ao desemprego; que o “apagão” que aconteceu em Bauru era por falta de investimento no setor hidrelétrico, o qual poderia ser reforçado, até expandirem-se algumas usinas que já estavam em operação; que se estava investindo 325 milhões e gerando 46 empregos; que a administração desses negócios estava longe de ser transparente, pois a implantação ou não desta hidrelétrica deveria ter sido discutida antes, como também se precisaria discutir todo o programa de energia que o país estava desenvolvendo; que, embora a empresa tivesse apresentado todos os parâmetros e padrões, se sabia que a fiscalização no Brasil não era efetiva; que, nos Estados Unidos, se uma empresa se comprometia a deixar uma turbina com 85 decibéis, se estiver com 85 e 1, ela não funcionaria; que se deveria ter maior rigor e a população, um maior esclarecimento. Fez uso da palavra, em seguida, Milton Takeo Matushima, representante do Departamento de Águas e Esgoto de Jundiaí, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que a água é captada do Rio Atibaia e essa captação foi outorgada pelo Comitê de Bacia, composto por 57 representantes; que, para essa outorga, o Comitê de Bacia fez exigências muito duras, entre as quais se incluía a construção da represa no Rio Jundiaí Mirim; que a outra exigência do Comitê era a construção da estação de tratamento de esgoto; que o Rio Jundiaí já há muito tempo vem recebendo lançamento adicional, na ordem de 800 litros/segundo, pela captação no Rio Atibaia; que se estava cedendo 230 litros/segundo e não via nisso nenhuma imoralidade, nenhuma falta de ética, pois, com a instalação da estação de tratamento de esgoto, o DAE cumpria sua parte em relação ao meio ambiente; que se estava tratando a usina como se fosse uma empresa e, como tal, classificada como uma empresa industrial que pagará a tarifa industrial que subsidia as classes mais carentes, as famílias de baixa renda; que essa parte referente ao resíduo, que irá ser lançada pela usina, a termoeletrica, como toda indústria terá que se enquadrar na legislação vigente, na legislação estadual e federal. Fez uso da palavra, em seguida, Gerson Sartori, representante do Sindicato dos Trabalhadores Industriais de Alimentação, que expôs os seguintes pontos de vista: que, quando veio para a audiência pública, veio com o sentimento de sindicalista que realizou mais de 800 homologações entre janeiro e março desse ano e que via na termelétrica a expectativa de geração de empregos, com a vinda de novas empresas para Jundiaí; que ficou muito preocupado com o que ouviu, motivo por que achava que se tinha de ampliar o debate, de editarem-se alguns folhetos para se discutir com as diferentes categorias de trabalhadores; que, no entanto, se fosse possível diminuir-se os impactos, seria importante a vinda dessa empresa, principalmente no que diz respeito ao investimento econômico. Em seguida, se manifestou Lauro Candioto, representante da Sociedade Amigos Santa Clara, que expôs os seguintes pontos de vista: que, como presidente da Sociedade Amigos Santa Clara, representava cerca de 100 proprietários na área da Serra do Japi, que empregavam mais de 300 pessoas; que a Serra do Japi, além de preservar a qualidade do ar na cidade, pela quantidade de água e mata que possuía, já



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

despontava como local para o desenvolvimento do turismo ecológico, motivo por que pedia esclarecimentos sobre a possibilidade de conciliar-se o turismo ecológico com a presença de uma termelétrica; que não se sabia se Jundiaí continuaria sendo uma cidade com qualidade de vida e com possibilidades de turismo ou se, aos poucos, pela visão política e econômica que se presenciavam, se tornaria uma cidade insustentável. Fez uso da palavra, em seguida, Jorge Luiz Vernaglia, representante do Consórcio Capivari-Piracicaba, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que o Consórcio analisou o projeto e tinha algumas considerações a fazer; que a primeira dizia respeito à necessidade de se estender o debate, uma vez que a desinformação com relação à necessidade energética do País e da região era uma realidade; que não se estava vivendo o caos na região porque crescimento estava muito aquém da necessidade; que, ao se implantar uma termelétrica em Jundiaí, ela dependia de uma logística muito especial, e não ia fornecer 50 empregos para jundiaíenses e tão somente isso, pois ela geraria energia para uma região de 3 milhões de habitantes, do tamanho do PIB do Chile, no entorno de Campinas e Jundiaí, não se podendo, pois, calcular o número de empregos que serão gerados e quanta demanda de trabalho seria oferecida; que os empresários eram favoráveis a um processo como este, desde que a empresa mitigasse de fato todas as situações aleatórias que possam advir de processos que ocasionem um desgaste da qualidade de vida; que muitos dos empreendimentos, que, como este, foram objeto de audiências públicas atuavam de maneira consolidada com a comunidade, buscando o crescimento realmente sustentado, sem hipocrisias, sem claque e sem apostas levianas; que não se podia brincar com uma coisa muito séria como era o crescimento dessa juventude que, vaiando um projeto como esse, vaiava a si próprio pela falta do emprego; que 23 empresas participavam atualmente do Consórcio que, inclusive, administrava a utilização dos recursos hídricos da Bacia do Capivari-Piracicaba e dava um tratamento adequando a ele com o tratamento do seu esgoto domiciliar e industrial; que, infelizmente, a classe política, não possuía a visão que a engenharia tinha para gerar benefícios, transformar um gás praticamente perdido no subsolo em energia elétrica, que poderia ser distribuída pelo País inteiro; que o problema do meio ambiente poderia também ser minimizado pela engenharia; que era necessário que a engenharia brasileira estivesse também à disposição da empresa norte-americana, que esse pacote não fosse um pacote fechado, que não viesse para cá para somente usufruir. Em seguida fez uso da palavra Pedro Pigardi, Presidente do Partido dos Trabalhadores, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que, apesar de ter sido dito que a empresa não usará nenhum tostão do Estado ou da União, ela usará a Estação de Tratamento de Esgoto e a Subestação da CESP, ambas pagas com o dinheiro do contribuinte; que era necessário saber o que se pretendia fazer com a cidade, qual a viabilidade desse empreendimento, qual sua importância para o desenvolvimento da cidade de Jundiaí e quais as suas implicações, se o empreendimento não estaria ocupando áreas que deveriam ser destinadas para a habitação e para a geração de emprego; que o Plano de Trabalho reduz as implicações da usina nas áreas vizinhas e faz afirmações sobre a ausência de impactos, sem analisar a possibilidade de crescimento e a contribuição da usina para a diminuição dessas áreas, embora a cidade esteja se avizinando da Serra do Japi e da Serra dos Cristais; e que o PT de Jundiaí já deliberou que era contrário à instalação da usina na região. Fez uso da palavra, em seguida, Marcelo Firmino de Oliveira, representante do Sindicato das Indústrias Gráficas, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que perguntava por que um empreendimento desse tamanho, desse porte, vinha para Jundiaí, uma região que primava pela qualidade de vida; que essa obra implicava na remoção de famílias, o que não acontecia sem problemas, pois a retirada da favela do Varjão significa mexer com uma população já sofrida que ali morava; que, além disso, tinha o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

problema das toxinas, que as chaminés iriam soltar e que, com certeza, impactará a Serra do Japi, embora o Plano de Trabalho diga que apenas algumas borboletas morrerão; que poucas pessoas presentes sabiam da luta que foi travada há 16 anos atrás para que a Serra do Japi fosse tombada e para que fosse despoluído o Rio Jundiá; que a luta também foi grande para que se fizesse uma estação de tratamento de esgoto, a qual, diga-se de passagem, estava sendo financiada pela população; que todo este sofrimento foi vivido para que uma empresa alterasse tudo isso, a água, o ar e o solo; que o fato de se pretender implantar uma termelétrica numa região para a qual se tinha um projeto de construção de casas populares, um projeto de loteamento, demonstrava que esse RAP não tinha seriedade; que se queria emprego, se queria moradia, mas também se queria dignidade junto com o respeito pelo meio ambiente; e que um dia, há mais de 200 anos, uma velha índia, Olhos de Fogo, disse que “um dia a terra vai adoecer, os pássaros cairão do céu, os mares vão se escurecer, os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios; que, quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito, mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco, a reverência pela sagrada terra, aí então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco íris para terminar com a destruição, e que este seria o tempo do guerreiro do arco íris”. Em seguida, fez uso da palavra José Moraes, da Sociedade Ecológica de Santa Branca, que expôs os seguintes pontos de vista: que, no Vale do Paraíba, em São José dos Campos mais precisamente, a população conseguiu debelar a instalação de um incinerador de resíduos industriais; que, para isso, foi necessário uma grande mobilização popular; que se conseguiu também debelar a instalação de uma termelétrica no início da década de 90 e que tudo isso, naturalmente, foi o resultado de uma grande mobilização popular; que, além dessa luta no Vale do Paraíba, mais precisamente em São José dos Campos, conseguiu-se inserir, na Lei Orgânica da Cidade de São José dos Campos, a proibição da instalação de termoeletricas; que, juntamente com São José, mais seis cidades do Vale do Paraíba também conseguiram introduzir nas suas respectivas leis a proibição da instalação da termoeletrica; que propunha aos moradores de Jundiá que conversassem e pressionassem seus Vereadores para que fosse introduzida na Lei Orgânica desse Município a proibição da termoeletrica; que, mesmo existindo esta interdição na legislação, a Petrobrás, a Refinaria Henrique Lajes, estava pretendendo instalar uma termelétrica de grande porte em São José dos Campos, cujo combustível seria o rasf, que era um resíduo asfáltico, mais poluente ainda que o gás natural; que a população estava se organizando para evitar isso, mesmo contando com a resistência de muita gente por ser a Petrobrás responsável por 25% da arrecadação de ICMS, pretender investir aproximadamente 500 milhões de dólares nesse projeto e alardear que com ele contrataria 2 mil trabalhadores; que se tinha de parar para repensar um pouco o conceito de produção, de progresso, de desenvolvimento e de emprego vigentes; que muitas das afirmações feitas durante a audiência pública era o cúmulo do absurdo; que era necessário levar-se em conta que a implantação de uma termelétrica em Jundiá abria um precedente perigoso, pois poderia tentar fazer com esta cidade o que estava acontecendo com São José dos Campos, transformá-la num pólo petroquímico. Passou-se àquela etapa em que as pessoas se pronunciam em seu próprio nome. Fez uso da palavra, em primeiro lugar, Jaime Ortiz, que declarou ter organizado um movimento na escola e que, em decorrência, 557 estudantes sabiam que estava acontecendo essa discussão, que também fez um abaixo-assinado, e que talvez todos esses grupos já significassem uma resistência; e que a Serra do Japi era intocável. Manifestou-se, em segundo lugar, Marcos Daniel, que declarou não quererem os estudantes do Município que essa termoeletrica fosse instalada em Jundiá, não importando a quantidade de empregos que gerasse. Manifestou-se, em seguida, Ademir Pedro Vítor, que ponderou deverem ser preenchidos todos os requisitos legais relativos aos índices de emissão de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

gases; que era bem-vinda a aplicação de 400 milhões de dólares num momento tão difícil da economia brasileira; que também era bem visto o aumento do valor adicionado de Jundiaí, por ser o parâmetro utilizado para o retorno do ICMS para a cidade; que a qualidade de vida consistia em saúde, educação, transporte e saneamento básico; que a garantia de fornecimento elétrico era um condição propícia para Jundiaí. Manifestou-se, em seguida, André Luiz Ferreira, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que teve oportunidade de avaliar a tecnologia adotada e que não existia padrão de emissão, como para os óxidos de nitrogênio; que o Artigo 41 do Decreto Estadual nº 8468, que regulava o controle da poluição no Estado de São Paulo, afirmava que, nos casos em que não se tinha padrão de emissão, dever-se-ia adotar a melhor tecnologia disponível, e que, no caso de uma térmica, esse conceito se ampliava, envolvendo turbina a gás utilizada e a configuração do ciclo; que fazia uma recomendação ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, para que discutisse esse aspecto e recomendasse ao órgão público que igualmente fizesse uma discussão interna, levando em conta, principalmente, o fato de não ser feito monitoramento da qualidade ambiental na região de Jundiaí. Manifestou-se, em seguida, o presidente do Partido Verdes, Elitas....., que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que, quando se diz que apenas um pequeno fragmento de área verde seria afetada, não se levava em conta que nos pequenos fragmentos encontrava-se grandes vidas; que o Partido Verde gostaria que essa usina fosse implantada em outro lugar, mas não em Jundiaí. Passou-se à etapa em que se manifestavam os parlamentares, e o primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador Oraci Gotardo, do PSDB, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que, quando o projeto foi enviado à Câmara Municipal, os Vereadores tomamos conhecimento maior de como seria e o que precisaria ser feito para que fosse instalada em Jundiaí a usina termoeletrica; que, convidados pela Entergy, alguns vereadores visitaram uma de suas usinas já em funcionamento, e, para espanto seu, verificou que ela era instalada em uma cidade, Baton Rouge , ao lado do Rio Mississippi, e lá não observei alguma poluição que pudesse ser notada e há uns 300 metros não ouviu ruído. Fez uso da palavra, em seguida, o Vereador Mauro Menuchi, que expôs os seguintes pontos de vista: que ficara com a impressão de que havia um fosso entre as informações prestadas pela empresa e a sua assessoria e as informações passadas pela sociedade, especialmente pelos ambientalistas, e que esta distância deveria ser diminuída, com a elaboração de estudos multidisciplinares e debates, para ver se esta política de geração de energia elétrica era não saudável para Jundiaí, para São Paulo e para o País; que, embora reconhecesse sentido nas posições levantadas pelo professor Aziz Ab'Saber no artigo publicado na Revista do Sindicato dos Bancários, mas que, por outro lado, não acreditava que não seriam apresentadas para os cidadãos de Jundiaí e para o Governo do Estado de São informações não verídicas; que também sabia que nada se fazia sem algum tipo de impacto e se precisava de energia elétrica, fosse ela obtida através de usina termoeletrica seja através de usina nuclear, que era pior ainda; que a energia obtida através da hidrelétrica também geravam um impacto ambiental violentíssimo; que não se podia descaracterizar por completo a questão da geração de emprego; que se poderia instalar no entorno dessa termoeletrica novas empresas que precisassem de energia elétrica. Manifestou-se, em seguida, o Prefeito do Município de Jundiaí, Miguel Haddad, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que possuía um compromisso com a cidade de Jundiaí, o qual tinha vários desdobramentos, como os aspectos econômico e ambiental que não poderiam ser avaliados de forma isolada, principalmente, no mundo atual; que tinha um compromisso com o desenvolvimento econômico da cidade, o qual exigia algumas ações; que o Município de Jundiaí deu, nos últimos dois anos, um salto de qualidade, pois, apesar do quadro econômico do Brasil, ele saltou da 11ª para a 8ª economia do Estado em função da infra-estrutura que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a cidade passou a deter, o que também significava novos empregos; que também tinha um compromisso com a vida da cidade, pois, com a instalação da estação de tratamento de esgoto e da represa, criou-se o armazém da natureza; que também se tinha investido na qualidade de vida da cidade, ou seja, na saúde e na área educacional; que a posição da Prefeitura e a posição do Prefeito eram favoráveis à instalação da usina, mas não se furtava a abrir uma discussão sobre a vinda de uma empresa desse porte; que a cidade de Jundiaí recebia em média 100 milhões em investimentos anuais, investimento este significativo; que a decisão sobre a instalação da hidrelétrica era uma decisão da sociedade jundiaíense, era ela que decidiria se queria a instalação da usina termoeletrica ou não, e que nesta discussão deveriam ser ouvidos todos os segmentos da sociedade; que a administração municipal não tinha uma posição definitiva, pois a sua posição será aquela que os jundiaíenses defenderem. Em seguida, fez uso da palavra o Secretário Municipal da Indústria e do Comércio, Jamil Jacomini, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que a nova represa e a nova estação de tratamento de esgoto que Jundiaí possuía tinham sido construídas basicamente com recursos oriundos da atividade industrial, das 490 indústrias que nela se encontravam instaladas, das quais 60 foram instaladas só nos últimos 2 anos, pois, basicamente, toda a receita de Jundiaí vinha da atividade industrial; que, no caso da Entergy, acreditava que a Cetesb, a Secretaria do Meio Ambiente e todos os órgãos envolvidos tinham a capacidade técnica para discernir se ela deveria ou não ser instalar, se ela se enquadraria ou não nas normas; que também quando as Casas Bahia vieram instalar-se em Jundiaí houve uma polêmica muito grande e que atualmente esta empresa empregava cerca de 1.500 pessoas; que este debate deveria ser feito num âmbito técnico, sem paixões políticas, sem a distorção dos dados; que, no caso específico da Entergy, em termos de arrecadação ela representaria muito mais que as indústrias já instaladas, uma vez que ela iria pagar a água que consumiria e a linha de transmissão; que o volume de recursos disponível na prefeitura por ano era de 5 a 6 milhões de reais e que essa empresa sozinha poderia dobrar esse volume; que fazia o apelo para que houvesse uma discussão mais lúcida.. Em seguida, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Planejamento do Meio Ambiente, Francisco José Carbonari, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que não se posicionava favorável ou contrariamente à implantação dessa usina e pretendia, no processo de discussão, formar sua opinião, pois teria informação suficiente para saber o que era melhor para o interesse da população de Jundiaí; que, para a Administração Pública do Município, interessava que esse processo se desenvolvesse com absoluta transparência e que conduzisse à conclusão que melhor correspondia aos interesses da comunidade local e regional; que tinha a convicção de que a transparência desejada e o acerto das decisões futuras estavam diretamente associados à participação da sociedade organizada, da comunidade em geral e das autoridades competentes; que, neste sentido, a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiaí juntava às questões levantadas pela comunidades outras, como as que diziam respeito à avaliação de cada um dos impactos potenciais; à dificuldade de interpretação e análise desses documentos técnicos por parte da sociedade, razão por que se pretendia que as informações fossem acessíveis a todos, e não escritas numa linguagem hermética que inviabilizava sua compreensão; à necessidade de os impactos ambientais levantados e estudados terem um tratamento global; e à localização da usina nos interessa sobremaneira no que se referia às áreas adjacentes; que a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente solicitava fossem enviados os relatórios parciais que iriam constituir o EIA-RIMA e entregava à Mesa de Trabalhos um documento contendo as questões que ora foram levantadas, cujas cópias deveriam ser entregues à SMA, ao Consema e a empresa responsável pelo empreendimento. Fez uso, em seguida, da palavra a representante da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Ana Cristina Pasini da Costa, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que, antes de se iniciarem as réplicas, esclarecia que era do interesse da Secretaria que esse empreendimento fosse exaustivamente discutido em todos os fóruns previstos pela legislação e por outros tantos que a sociedade conseguisse organizar em paralelo; que, infelizmente, o Consema não havia avocado, para si, a análise deste Plano de Trabalho, dado que nenhum conselheiro havia feito tal solicitação, como previa o regimento, mas que, como a SMA tinha interesse de que ele fosse exaustivamente discutido, a representante da CPRN iria pedir que isso fosse feito por uma Câmara Técnica. Passou-se à etapa das réplicas, tendo feito uso da palavra, em primeiro lugar, o empreendedor, John Arbach, que ofereceu as seguintes informações: que a Entergy estava empenhada em fazer com que esta fase do licenciamento constituísse um processo aberto, de modo que se tornasse possível incorporar todas as preocupações nos futuros estudos; que entendia que havia uma série de dúvidas sobre a tecnologia do projeto e os impactos ambientais, tais como emissões de gás, efeito estufa, ruído, consumo de água, além das preocupações com respeito às possíveis alterações climáticas, mas que os benefícios para a comunidade eram um aspecto da máxima importância; que o EIA iria complementar uma variação destes impactos e procuraria incluir todas as providências que se fizessem necessárias de forma a reduzir quaisquer impactos ao mínimo; que este Estudo iria definir também os benefícios sócio-econômicos específicos para a municipalidade; que, embora relativamente nova no Brasil, a tecnologia de combustão sugerida ou proposta pelo projeto vinha sendo utilizada há muitos anos nos Estados Unidos e em outros países; que os equipamentos e a tecnologia a serem utilizados na Bom Jardim Energética estavam sendo empregados no mundo inteiro, substituindo antigas unidades movidas a carvão ou a óleo; que a mesma usina, com as mesmas emissões e o mesmo desempenho, estava sendo construída nos Estados Unidos e em algumas partes do mundo; que, se utilizando o gás natural através do gasoduto Bolívia-Brasil, a tecnologia a ser adotada na Bom Jardim Energética iria permitir ao Brasil dar um salto, tecnologicamente falando, o que o colocaria acima de alguns locais dos Estados Unidos, onde ainda se usava combustão a carvão e a óleo; que o desempenho desses equipamentos e a tecnologia eram de reconhecido valor em termos de engenharia; que, na verdade, estudos conduzidos por brasileiros especialistas em energia, sugeriam que a utilização desse tipo de tecnologia poderia evitar outras formas mais controversas em termos ambientais de geração de energia, como as usinas nucleares, usinas movidas a carvão e as grandes hidrelétricas; que já havia entregue à Secretaria do Meio Ambiente de Jundiaí um documento preparado pelo Dr. José Goldemberg que endossava essa afirmação, como também uma relação das instalações da Entergy que utilizavam esse tipo de tecnologia, não somente nos Estados Unidos, mas também em outros países do mundo; que o projeto Bom Jardim Energética usaria água da ETE recém-construída, evitando o uso da água corrente numa região onde o crescimento econômico e o desenvolvimento se encontravam limitados por um abastecimento de água inadequado; que, nos últimos 9 meses, vinha trabalhando em conjunto com o DAE visando estabelecer o termo de compra dessa água; além dos custos pela utilização desse efluente; que, além disso, a empresa estaria dando tratamento complementar à água, num processo que custaria à Entergy mais do que o custo da própria estação de tratamento; que esse tratamento adicional da água iria assegurar que a água fosse adequada para os usos no sistema de circulação e resfriamento da usina; que, na realidade, a descarga na saída da ETE, seria de melhor qualidade que o efluente que esta estação iria receber; que o uso e o tratamento complementar da água da ETE eram uma solução inovadora, que viria estimular o crescimento em uma área que, de outra forma, estaria limitada pelo abastecimento de água atualmente disponível; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o EIA iria definir ainda os impactos e benefícios do projeto; que a eletricidade que seria fornecida à Bom Jardim Energética viria suprir uma deficiência cada vez maior de eletricidade na região sul, sudeste e centro-oeste; que o desenvolvimento e o crescimento não poderiam ocorrer no futuro sem eletricidade adicional; que medidas visando reduzir o consumo de energia sozinhas não atenderiam essa demanda a curto prazo; que a eletricidade seria proporcionada pelo gás natural, que era o combustível fóssil mais limpo; que, por exemplo, o projeto Bom Jardim iria produzir menos que a metade das emissões de CO₂ efeito estufa por quilowatts/hora lançadas por uma usina de combustão a carvão; que o projeto Bom Jardim não iria devastar ou inundar grandes áreas florestais nem acarretar todas aquelas mudanças que ocorriam em função dos projetos hidrelétricos convencionais; que o projeto Bom Jardim era uma iniciativa privada que poderia trazer benefícios significativos para o setor energético brasileiro sem nenhum ônus financeiro para os governos local, estadual ou federal, como também aos consumidores; que se vinha trabalhando em conjunto com a Eletrobrás, CESP e Furnas, de forma a assegurar que o projeto Bom Jardim atendesse a todos os requisitos críticos de geração e transmissão; que, além de suprir uma deficiência de energia prevista pela Eletrobrás, o projeto também iria melhorar o desempenho através das perdas de transmissão na área; que este melhoramento resultaria num acréscimo de 100 megawatts de eletricidade, sem nenhum custo adicional ao meio ambiente; que, além disso, o volume de energia que iria ser interrompida, no caso de uma queda de serviço, seria cerca de 300 megawatts menor com a operação do projeto da Bom Jardim; que a maioria dos outros projetos de energia envolvia algum tipo de barganha ambiental significativa; que a Bom Jardim, pelo contrário, estava sendo desenvolvida de forma a minimizar ou evitar impactos ambientais através do uso de combustível limpo, tecnologia eficiente, desenho adequado e medição; que o projeto atenderia as necessidades de energia de uma economia em crescimento, da melhor forma possível, em termos ambientais; que esse projeto não poderia progredir sem o apoio da comunidade e que se tinha a maior expectativa de poder vir a trabalhar junto a ela, para garantir o sucesso do projeto. Em seguida, fez uso da palavra Ione Müller, representante da equipe consultora responsável pela elaboração dos Estudos, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que ressaltava, mais uma vez, que a atual etapa do processo era uma etapa ainda inicial do processo de licenciamento e que, portanto, não se pretendia, com esse estudo preliminar apresentado e colocado à disposição do público aprovar ou licenciar qualquer empreendimento, pois ele era apenas uma primeira etapa do processo de avaliação ambiental e que todas as questões seriam aprofundadas pelo EIA-RIMA; que, como a primeira etapa era uma análise do projeto inicial do empreendimento, tudo fazia parte de um processo interativo entre a avaliação dos impactos ambientais e o projeto de engenharia; que, nesta primeira etapa, o objetivo era identificar quais eram os impactos relevantes e quais os pontos críticos naquele determinado projeto, com a forma que ele foi desenvolvido até aquele estágio; que o passo seguinte seria voltar ao projeto de engenharia, fazer as adequações necessárias de forma a minimizar e controlar novamente os impactos que forem previstos na primeira etapa e, novamente, passar a mais uma avaliação ambiental do projeto; que esse projeto vinha sendo feito e seria feito dessa forma até que fossem alcançados todos os limites, todos os padrões de qualidade ambiental existentes em legislação e aceitáveis pela comunidade; que as informações apresentadas no Relatório Ambiental Preliminar-RAP refletiam, portanto, um estágio inicial de avaliação do projeto; que as questões colocadas, como, por exemplo, os possíveis impactos na Serra do Japi foram realmente identificados no RAP; que se estava retornando de novo ao projeto, para avaliar outras medidas de controle que pudessem ser adicionadas, acrescentadas, que tudo isso fazia parte de um processo interativo entre avaliação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiental e o desenvolvimento do projeto de engenharia; que, com relação ao consumo da água, a utilização da água do efluente da ETE seria pago, conforme entendimento com o DAE. de Jundiaí, pois a usina ressarciria a comunidade como qualquer consumidor de água, conforme previa a legislação; que o consumo também teria de ser aprovado pelo Comitê de Bacias; que era impossível prever-se a utilização de qualquer recurso hídrico sem a aprovação do Comitê de Bacia; que da mesma forma, também, a água do sistema público de abastecimento seria cobrado, seria pago, como por qualquer outro consumidor; que, com relação à temperatura, a lógica de uma usina termelétrica era queimar combustível, gerar calor e, a partir desse calor, gerar energia; que isso significava que qualquer perda de calor no processo significava ineficiência absoluta da usina; que ninguém iria gerar calor para perder, sendo que o objetivo era gerar calor para poder gerar energia; que existia uma certa confusão na geração de calor e perda dessa calor para o ambiente; que a usina não deveria contribuir para nenhuma elevação de temperatura significativa na região, pois não tinha sentido perder calor para o ambiente se esse calor poderia ser transformado em energia; que, com relação ao ruído, seu nível seria de 85 DBA; que a grande diferença entre a turbina de um avião e de uma usina era que esta vinha encapsulada e, por isso, se podia controlar o nível de ruído por ela produzido no entorno imediato da turbina; que a turbina encapsulada significava proteção e isolamento em termos do ruído para o ambiente; que uma turbina de avião era aberta e exposta e, não sendo encapsulada, não tinha nenhuma proteção contra o ruído; que se a turbina de uma usina sem encapsulamento pudesse funcionar dentro de uma área de uma termelétrica, ninguém conseguiria trabalhar no ambiente; que, com relação ao fato de a remoção de população ter sido rapidamente citada no RAP, se devia ao fato de a essa altura dos estudos se estimar ser ela necessária para a implantação das linhas de transmissão, tanto de energia como de água, mas que, posteriormente, foi identificada uma faixa de servidão preservada, não havendo, pois, necessidade de remoção; que todos os impactos seriam reavaliados, inclusive aqueles cumulativos no ambiente; que todos os estudos que seriam desenvolvidos associariam tecnologia e conhecimento, para que Jundiaí pudesse ter uma opção decente no seu consumo de energia. Fizeram uso da palavra, em seguida, os representantes das entidades ambientalistas. O primeiro a fazer uso da palavra foi André Queiroz Guimarães, representante do Instituto de Proteção Ambiental de Louveira-IPAL, que, entre outras, teceu as seguintes considerações: que se tinha de levar em conta os loteamentos que se pretendia implantar no entorno, entre eles um que previa aproximadamente 6 mil habitações ou 24 mil habitantes; que um dos maiores patrimônios ambientais do mundo localizava-se em Jundiaí e ele estava sendo relevado; que esta termelétrica não deveria localizar-se obrigatoriamente no sopé da Serra do Japi; que, para se implantar o empreendimento desta natureza numa área frágil como a de Jundiaí, era necessário que se apresentasse toda a documentação a todos os órgãos que faziam parte do licenciamento ambiental; que, como a RMSP onerava a Bacia do Piracicaba e do Atibaia, tirando 32 m³/segundo, e esse empreendimento pretendia tirar 300 litros/segundo, o DAE não podia omitir-se; e que, além de muitos aspectos não terem sido contemplados, se estava propondo até mesmo rever o uso do solo para favorecer, claro, o empreendedor. Em seguida, manifestou-se Flávio Gramolelli Junior, representante do Centro de Orientação Ambiental-COATI, que teceu, entre outras, as seguintes considerações: que se teria o gasoduto e mais algumas termelétricas, umas de grande porte e outras de menor porte; que, se esta termelétrica não for instalada em Jundiaí, muito provavelmente o será em outro local e, o era mais importante, o material que lançará na atmosfera, se espalhará, quando chover, por vários locais, alcançando 100, 200 ou 300 km; que era muito importante para quem militava na área ambiental ver o Plenário lotado, pois revelava que as pessoas haviam percebido que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o meio ambiente não era só bichinho e matinho, mas era a água que se bebia, o lixo que se colocava para fora e o ar que se respirava; que a maioria havia-se manifestado contrária à implantação da usina termelétrica; que lançava mão do mesmo argumento que era usado pelos norte-americanos, que se traduzia na expressão *not in my back garden*, ou seja, “não no meu jardim”, pois, se se tiver de instalar uma termelétrica, que seja a 200 km daqui; que propunha que se montasse um grupo gestor, com a participação das pessoas que residiam na região e que sabiam o que era melhor para todos e que iria acompanhar, inclusive, a implantação das medidas de mitigação. Fez uso da palavra, em seguida, Osvaldo Sevá, que expôs as seguintes opiniões: que, antes de se ir ao Baton Rouge, se deveria ir ao Varjão e Eloy Chaves e perguntar para as pessoas de lá se elas concordavam que se instalasse nesses locais uma termelétrica; que, de fato, havia se enganado quando se referiu à ligação da usina com o sistema de água da cidade; que, contrariamente ao que dissera o Diretor do DAE, haveria uma reversão de bacia, pois o abastecimento de Jundiaí dependia de uma outra bacia; que, diferentemente do que ele havia dito, o Comitê de Bacias não possuía a função normativa de outorgar; que a construção da Represa Jundiaímirim não constituía nenhum grande feito, ela era necessária porque o consumo da cidade era grande e porque ia ser feita uma reversão do Rio Atibaia e isso tinha de ser armazenado em algum ponto; que se os empreendedores, o prefeito municipal e os vereadores resolveram bancar esse empreendimento enorme, fizeram o que fizeram, alteraram a lei orgânica, acertaram todos os entendimentos para utilizar a vazão da ETE, eles esperavam que todo mundo achasse uma maravilha, mas houve erro de cálculo, pois a sociedade era viva; que o projeto não era, como havia sido anunciado, de ciclo combinado, mas de turbina simples, queimando às vezes em ciclos simples, uma sozinha ou duas sozinhas ou três sozinhas, não havendo propriamente uma recuperação desse calor de saída para gerar vapor. E, depois de verificar-se que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, foram declarados encerrados os trabalhos. Eu, Cecília Martins Pinto, Secretária Adjunta do Consema, lavrei e assino a presente ata.

CMP-PS